

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior estabeleceu como objetivo a alcançar até 2027: destinar metade das bolsas de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) à formação em “ambiente não académico”. Alegadamente, o Governo pretende estimular a integração de doutorados nas empresas, na administração pública e no setor social. A proposta de alocação de metade das bolsas ao “ambiente não académico” levanta desde logo uma preocupação sobre a submissão da política científica a interesses privados imediatistas, os quais irão sobrepor-se às linhas de investigação que não dão lucro imediato.

Na senda destes objetivos, a 1 de março de 2023, a FCT anunciou a abertura de concurso onde se prevê: “a atribuição de 1450 bolsas de doutoramento, das quais 400 serão alocadas a uma linha de candidatura específica para planos de trabalhos desenvolvidos em entidades não académicas”. A discrepância entre estes objetivos do Governo e da FCT revela-se logo a 6 de abril, quando a FCT informa que recebeu apenas 441 candidaturas para empresas e 3084 para entidades académicas. Com o anúncio dos resultados, a 31 de julho, ficamos a saber que foram atribuídas 300 bolsas de doutoramento em empresas/contexto não académico, o que traduziu uma linha de corte do financiamento que ficou ao nível 3 valores (numa escala até 5).

Esta viragem do financiamento da FCT para o dito contexto “não académico”/empresarial não encontrou respaldo nem ao nível das empresas, nem ao nível das candidaturas. Sendo que criou também uma injustiça relativa. Acabaram por ficar sem financiamento muitas candidaturas mais bem classificadas que se candidataram às bolsas de doutoramento no seu contexto científico normal, o académico.

Este modelo de bolsas de doutoramento não é um problema isolado, faz parte de um quadro mais vasto, que merece a nossa preocupação. O financiamento de bolsas de doutoramento em empresas enquadra-se numa política orçamental que também não assegura a contratação dos investigadores já doutorados (e precários de longa data) como investigadores de carreira. Através do anunciado FCT Tenure, o governo pretende canalizar os investigadores precários ou para a carreira docente do ensino superior (assim as Instituições de Ensino Superior decidam

abrir vagas) ou, mesmo, para fora da ciência e do ensino superior (caso não abram vagas nem docente, nem de investigador). Se o Governo pretende que haja mais doutorados a ser contratados no público, no privado e no setor social, o próprio Ministério da Ciência, Tecnologia e do Ensino Superior poderia começar por dar o exemplo. Mas o caminho que está a tomar é outro: desviar o dinheiro da FCT para outros fins, seja a contratação de docentes, seja a colocação de bolseiros de doutoramento em empresas privadas.

O investimento na ciência não é só útil quando cruzado com a produção de bens e serviços. É irónico que o Governo, através do Primeiro-Ministro, ainda ontem tenha justificado os gastos avultados de dinheiro público em eventos como a Web Summit e a Jornada Mundial da Juventude dizendo que "não podemos só olhar ao custo mas também ao benefício". O Governo e o Ministério da Ciência poderiam adaptar essa ideia dos benefícios ao investimento numa formação de doutorados conjugada com um maior desenvolvimento dos centros de investigação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, as seguintes perguntas:

1. Como avalia o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior esta frustração dos objetivos do Governo em termos de bolsas em empresas e as injustiças relativas criadas pela vontade de apostar nesse modelo?
2. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior está disponível para promover, através de reforço orçamental da Fundação para a Ciência e Tecnologia, o alargamento do número de bolsas atribuídas de forma a corrigir estas desigualdades?
3. O Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior pondera rever os objetivos de colocar metade das bolsas de doutoramento em "contexto não académico"?

Palácio de São Bento, 3 de agosto de 2023

Deputado(a)s

JOANA MORTÁGUA(BE)